

ASSUNTO:

POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

APROVAÇÃO:

Deliberação CONSAD nº 62, de 19/12/2025.

VIGÊNCIA:

19/12/2025

**POLÍTICA DE TRANSAÇÃO
COM PARTES RELACIONADAS
- PO 900/05**

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	2
2. ABRANGÊNCIA	2
3. CONCEITUAÇÃO	2
4. PRINCÍPIOS.....	3
5. DIRETRIZES	3
6. PRÁTICAS VEDADAS	4
7. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES	4
8. DIVULGAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	5
9. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	6
10. DISPOSIÇÕES GERAIS	6
11. ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR.....	7

1. OBJETIVO

- 1.1 Estabelecer princípios e procedimentos a serem considerados pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC na realização de transações com partes relacionadas, de modo a garantir a adoção de requisitos legais, boas práticas de governança corporativa e atividades de controle para mitigação de riscos.

2. ABRANGÊNCIA

- 2.1. Aplica-se a todos os empregados da EBC, com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como: diretores, membros de instâncias colegiadas, superintendentes, gerentes-executivos, gerentes e coordenadores.
- 2.1.1. Também se aplica a prestadores de serviços e demais terceiros que atuem em nome da EBC e participem de processos de negociação ou contratação com partes relacionadas.

3. CONCEITUAÇÃO**3.1. CONDIÇÕES DE MERCADO**

Aquelas que observam e respeitam o tratamento equitativo, a transparência, a boa-fé e a ética entre os participantes na transação, de forma a possibilitar que estes apresentem suas propostas de negócio e firmem seus compromissos dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com clientes, fornecedores e prestadores de serviços que não sejam partes relacionadas.

3.2. CONFLITO DE INTERESSES

Situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

3.3. INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

É o poder de participar nas decisões financeiras, administrativas e/ou operacionais de uma entidade, mesmo que não se caracterize o controle sobre essas áreas. Essa influência pode ser obtida por meio de participação societária, disposições estatutárias, acordo de acionistas ou em razão de posição de relacionamento com a EBC.

3.4. INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Informação sobre assuntos sigilosos ou relevantes ao processo de decisão estratégica da EBC que tenha repercussão econômica ou financeira, e que não seja de amplo conhecimento público.

3.5. PARTES RELACIONADAS

São pessoas ou entidades com vínculo direto ou indireto com a EBC, compreendendo:

- I - órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e pessoas físicas ou jurídicas com influência significativa sobre a EBC;
- II - pessoal-chave da administração da EBC;
- III - ex pessoal-chave da administração da EBC, mesmo inativos ou aposentados, desde que possam exercer influência significativa na Empresa;

IV - parentes em linha reta ou colateral, até o 3º grau do pessoal-chave da administração da EBC;

V - qualquer pessoa física ou jurídica que exerça controle ou poder de voto sobre a EBC, individualmente ou em conjunto, de forma direta ou indireta, caracterizando influência significativa.

3.6. PESSOAL-CHAVE

Administradores e pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da EBC, seja de forma direta ou indireta, incluindo qualquer profissional com poder para tomar, participar ou influenciar decisões.

3.7. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Operações nas quais haja transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de ser cobrado valor em contrapartida.

4. PRINCÍPIOS

4.1. A transação com partes relacionadas deve ser orientada pelos seguintes princípios:

- I - COMPETITIVIDADE: os preços e as condições dos serviços prestados na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com as condições de mercado;
- II - CONFORMIDADE: os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela EBC;
- III - TRANSPARÊNCIA: os contratos realizados com partes relacionadas devem apresentar evidências e transparência;
- IV - EQUIDADE: todos os interessados nos negócios devem participar e ser tratados de maneira igualitária; e
- V - COMUTATIVIDADE: geração de proveito para ambas as partes.

4.2. Além dos princípios elencados no item 4.1, devem ser observados, também, em todas as transações com partes relacionadas os princípios do Código de Conduta e Integridade, da Política de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos – PO 900/02, da Norma de Conflito de Interesses – NOR 308 e do Programa de Integridade, todos da EBC.

5. DIRETRIZES

5.1. São diretrizes para as transações com partes relacionadas:

- I - as partes relacionadas devem agir em conformidade com o interesse da EBC de forma refletida, fundamentada e com transparência, zelando pela observação dos princípios elencados no item 4;
- II - a pessoa envolvida no processo de aprovação de uma transação com partes relacionadas que tenha conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida e afastar-se das discussões acerca do tema específico, sob pena de responsabilização;
- III - a prévia identificação e registro de todas as transações com partes relacionadas;

- IV - o preenchimento anual pelo pessoal-chave de declaração de vinculação com partes relacionadas, bem como atualização de informações sempre que houver alteração relevante;
- V - a promoção de treinamentos sobre esta Política ao pessoal-chave; e
- VI - a definição de indicadores para monitorar a aplicação desta Política e a conformidade das transações realizadas.

6. PRÁTICAS VEDADAS

- 6.1. A EBC não permite qualquer conduta antiética, atos que contrariem as diretrizes de integridade, utilização de informações privilegiadas ou situações de conflito de interesses envolvendo seus agentes e partes relacionadas.
- 6.2. Fica vedado realizar transações:
 - I - em condições que não sejam as de mercado;
 - II - entre pessoas jurídicas que sejam partes relacionadas que:
 - a) não compreendam atividades regulares e comumente exercidas por tais pessoas jurídicas no curso normal de seus negócios; e
 - b) envolvam remuneração não justificável ou desproporcional em termos de geração de valor para qualquer das partes.
- 6.3. É vedada a realização de transações com:
 - I - membros de instâncias colegiadas, estatutários ou não, e seus suplentes, caso existam, ou com os respectivos cônjuges, companheiro(a)s e descendentes ou ascendentes, inclusive seus respectivos cônjuges ou companheiro(a)s; e
 - II - demais parentes, até o 3º grau, das pessoas mencionadas no inciso I.

7. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

- 7.1. Compete ao Conselho de Administração:
 - I - avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas pela EBC aos princípios e demais dispositivos estabelecidos nesta Política, de modo a considerar os riscos e assegurar a comunicação nos relatórios da Empresa; e
 - II - aprovar, anualmente, a revisão desta Política e assegurar sua publicidade.
- 7.2. Compete aos Diretores:
 - I - zelar para que as operações entre a EBC e suas partes relacionadas, dentro de sua área de competência, sejam formalizadas por escrito e observem os princípios elencados no item 4 desta Política; e
 - II - garantir o adequado monitoramento e a devida informação sobre as transações com partes relacionadas.

7.3. Compete ao Comitê de Auditoria:

- I - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da EBC e a área de Auditoria Interna, a adequação e divulgação das transações e o fiel cumprimento dos critérios estabelecidos nesta Política;
- II - comunicar ao Conselho de Administração as inconformidades eventualmente encontradas nesse monitoramento e avaliação, sugerindo, se for o caso, as medidas consideradas cabíveis;
- III - avaliar as propostas de atualização desta Política, antes da sua submissão ao Conselho de Administração; e
- IV - prestar apoio ao Conselho de Administração no exercício de suas responsabilidades sobre transações com partes relacionadas.

7.4. Compete à Auditoria Interna:

- I - realizar avaliação anual da adequação das transações com partes relacionadas aos dispositivos desta Política e das legislações em vigor. Essa avaliação deverá ser apresentada ao Comitê de Auditoria e, posteriormente, submetida ao Conselho de Administração; e
- II - prestar apoio ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração no exercício de suas responsabilidades sobre transações com partes relacionadas.

7.5. Compete à Secretaria Executiva, por meio da Gerência Executiva de Governança Corporativa e Correição:

- I - realizar, mediante demanda, a devida apuração de responsabilidade quando houver descumprimento desta Política e encaminhar às partes interessadas o resultado;
- II - propor metodologia para identificação e divulgação de partes relacionadas; e
- III - propor a revisão desta Política.

7.6. Compete à Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas, por meio da Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

- I - manter e atualizar o cadastro de partes relacionadas da EBC; e
- II - promover a divulgação das transações com partes relacionadas, com as informações sobre indicadores de monitoramento das transações, por intermédio das Demonstrações Contábeis da EBC, nos termos definidos nesta Política.

8. DIVULGAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 8.1. A divulgação será efetuada nas Demonstrações Contábeis da EBC, de maneira a observar os princípios e objetivos desta Política, em detalhes suficientes para a identificação das partes relacionadas, das condições essenciais ou não estritamente comutativas destas transações, além de seus reflexos nas Demonstrações Contábeis, de forma a permitir a fiscalização e o acompanhamento dos atos de gestão da Empresa, sem prejuízo da ampla divulgação à sociedade, quando a contratação configurar ato ou fato relevante.

8.1.1. As Notas Explicativas relativas às transações com partes relacionadas deverão estar em consonância com as práticas contábeis emanadas pelos respectivos órgãos reguladores.

8.2. A EBC divulgará, em suas Notas Explicativas, as transações relevantes com partes relacionadas que representem, individualmente, pelo menos 1% (um por cento) da receita total por tipo de serviço, como, por exemplo, prestação de serviços de publicidade legal e serviços de comunicação.

8.2.1. As demais transações com partes relacionadas serão mantidas sob controle interno da EBC, com a relação disponível no seu sítio eletrônico institucional.

9. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- I - Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações;
- II - Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 – Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986/2000, e das Medidas Provisórias nº 2.216-37/2001 e nº 2.225-45/2001;
- III - Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- IV - Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- V - Decreto nº 11.048, de 18 de abril de 2022 – Altera o Decreto nº 8.945/2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016; e
- VI - Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 – Aprova a consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de divulgação sobre partes relacionadas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. O descumprimento dos dispositivos desta Política implicará apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos termos dos normativos internos da EBC.
- 10.2. Esta Política deve ser observada juntamente com outros padrões, normativos e procedimentos adotados pela EBC.
- 10.3. Esta Política deverá ser revisada, no mínimo, anualmente, com vistas a assegurar a evolução contínua das práticas envolvendo transações com partes relacionadas.
- 10.4. O tratamento de dados pessoais e sensíveis que derivar do cumprimento desta Política deverá atender às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 10.5. Após aprovação pelo Conselho de Administração – CONSAD, a Política deverá ser publicada no sítio eletrônico da EBC.

11. ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR

11.1. Essa versão da Política atualiza a Política de Transação com Partes Relacionadas – PO 900/05, alterando os seguintes conteúdos em relação à versão anterior:

- I - Objetivo;
- II - Abrangência;
- III - Conceituação;
- IV - Princípios;
- V - Diretrizes;
- VI - Práticas Vedadas;
- VII - Competências e Responsabilidades;
- VIII - Divulgação das Transações com Partes Relacionadas;
- IX - Legislação de Referência; e
- X - Disposições Gerais.